

Quem quer a América do Sul que queremos?

Luiz Augusto Souto Maior

Quando ainda candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva escreveu que um objetivo central da política externa de seu governo seria “garantir uma presença soberana do Brasil no mundo”¹.

Falando já como Presidente, Lula deixou claro em seu discurso de posse que um forte regionalismo sul-americano seria peça fundamental dessa atuação internacional que ele desejava pautar globalmente pela assertividade: “a grande prioridade da política externa durante o meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social”. O passo inicial para a consecução desse objetivo seria a “revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração”. Para tanto, caberia fazer “os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul”. E como que para não deixar qualquer dúvida de que, na sua percepção, o que se buscava com essa aproximação entre o Brasil e os demais países sul-americanos era mais do que a integração econômico-comercial, afirmava que “o Mercosul, assim como a

integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político” (grifo meu).

Alguns aspectos chamam imediatamente a atenção nessa proclamação de objetivos e prioridades, que combina uma enfática afirmação de assertividade no âmbito mundial com uma redobrada ênfase num regionalismo que se concentra na América do Sul, relegando a um segundo plano, se não ignorando, velhas idéias de pan-americanismo e mesmo de latino-americanismo.

A importância atribuída ao sul-americanismo é mais nova na ênfase do que na substância. Ainda na década de 1990, o Brasil já propusera a criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), embora sem abandonar formalmente o velho ideal de integração latino-americana, inspirador da ALALC e da ALADI. Já neste século, numa iniciativa de maior visibilidade política e jornalística, o Presidente Fernando Henrique Cardoso promoveu a realização, em Brasília, de uma reunião de cúpula dos países sul-americanos. Para os formuladores da nossa política externa, o desejo – ou pelo menos a aceitação pragmática da idéia – de uma retração geográfica do regionalismo continental não é, pois, novidade.

Em artigo publicado poucos meses antes da realização da I Reunião de Cúpula da América do Sul, o Embaixador Luís Felipe Lampreia, então nosso Ministro das Relações Exteriores, assinalara “a convergência de percepções dos países da América do Sul quanto à oportunidade e reais possibilidades de levarmos adiante um projeto pragmáti-

Luiz Augusto Souto Maior é diplomata aposentado. Foi Embaixador junto às Comunidades Européias, e Ministro Conselheiro na Delegação permanente em Genebra.

co de organização do espaço sul-americano”². Ressaltou também a especificidade da América do Sul, sobretudo no âmbito econômico-comercial, o que justificaria terem sido deixados de fora da reunião programada a América Central e o Caribe, “vinculados de forma mais próxima e direta à América do Norte, em particular aos Estados Unidos”. Ficava assim clara a intenção de promover formalmente um novo regionalismo continental, distinto tanto do pan-americanismo como do latino-americanismo, com ênfase nos aspectos econômico-comerciais, mas não necessariamente limitado a eles. Não havia ruptura com o pan-americanismo ou com o latino-americanismo, institucionalmente formalizados na Organização dos Estados Americanos e no Sistema Econômico Latino-Americano, mas ficava clara a intenção de atribuir importância especial à “organização do espaço sul-americano”.

Apesar disso, o que nenhum Presidente anterior tinha feito era assinalar a construção de uma América do Sul

A importância atribuída ao sul-americanismo é mais nova na ênfase do que na substância. Ainda na década de 1990, o Brasil já propusera a criação de Área de Livre Comércio Sul-Americana.

unida e democrática como a prioridade mais alta de sua política externa ou, menos ainda, colocá-la como parte de um projeto maior de potência emergente. A novidade que parece implícita no discurso do atual Presidente não é, pois, o sul-americanismo como tal, mas a aparente intenção de fazer da América do Sul um dos pilares da sua política de “garantir uma presença soberana do Brasil no mundo”. E isso nos leva a outro aspecto que chama a atenção no discurso de política externa do atual governo brasileiro.

Em tese, há um conflito entre a intenção de assertividade soberana no plano mundial e o propósito de aprofundar os vínculos da integração regional, agora tratada como um projeto político. Um processo de integração que vá além da mera liberalização do comércio de bens e serviços entre os países que dele participam aumenta o peso internacional de cada um deles, mas o exercício efetivo das soberanias respectivas vê-se restringido pelas normas de funcionamento do agrupamento político-econômico de que passaram a fazer parte. O efeito da integração político-econômica sobre a projeção externa do país é, pois, ambivalente.

Tal ambivalência é pouco significativa no caso do país-líder de um agrupamento multi-nacional, quando ele goza de tal preeminência dentro do grupo que sua liderança só excepcionalmente é objeto de questionamento pelos demais. Trata-se, porém, de hipótese extrema, praticamente só encontrável em alianças político-militares dirigidas contra algo que seja geralmente percebido pelos aliados como uma ameaça externa comum. Nelas, o perigo exógeno age como elemento aglutinador e disciplinador da aliança, e a

principal potência militar pode tornar-se, conforme o seu grau de superioridade, o líder incontestado da coligação. Foi, por exemplo, durante mais de quatro décadas, o que ocorreu com os Estados Unidos em questões político-estratégicas relacionadas com a Guerra Fria.

No caso, entretanto, de processos de integração político-econômica, o máximo a que se pode realisticamente aspirar é a um entendimento suficientemente estreito e firme entre os principais países-membros, de modo que sua ação coordenada possa assegurar o desenvolvimento satisfatório do projeto. Em última análise, foi o que ocorreu com o processo de integração europeu, que dificilmente teria prosperado como prosperou – apesar de alguns importantes acidentes de percurso – sem a cooperação franco-alemã.

A situação da América do Sul é, entretanto, muito distinta. Inexiste um fator político, regional ou extra-regional, que seja geralmente percebido pelos países da região como real incentivo à integração entre eles, como ocorreu na Europa. Assim, os grandes projetos de integração latino-americanos formalizados pelo Tratado de Montevideu I, de 1960, – que criou a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) – e o Tratado de

Montevideu II, de 1980, – que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) – não chegaram sequer perto do seu objetivo declarado de criar um mercado comum dos países de colonização ibérica do continente. E não se pode dizer que tenham falhado por uma exagerada abrangência geográfica, já que projetos sub-regionais bem mais sóbrios no número de países que pretenderam integrar, como o chamado Grupo Andino e o Mercosul, também ficaram muito aquém das metas estabelecidas pelos respectivos instrumentos constitutivos. Na verdade, o que parece ter havido nos exemplos citados – tanto nos mais com nos menos amplos geograficamente – foi um claro descompasso entre objetivos formalmente definidos e aparentemente aceitos e a disposição de persegui-los na prática. Dito de outra maneira, não parece ter havido, em qualquer dos casos mencionados, a percepção geral de que a integração traria, ao conjunto dos Estados-membros e a cada um deles individualmente, benefícios que, globalmente, seriam maiores do que os sacrifícios tópicos ou setoriais que cada qual teria de fazer para levá-la adiante. A ausência de tal percepção comum, sobretudo por parte dos principais participantes, condenaria ao insucesso qualquer projeto de integração, sobretudo na medida em que visasse a objetivos que fossem além dos benefícios quantificáveis decorrentes da mera liberalização do comércio intrazonal de bens e serviços.

Mercosul e sul-americanismo

Para o tema deste artigo, o caso do Mercosul, declaradamente visto em Brasília como o núcleo de uma futura

América do Sul integrada, é particularmente ilustrativo. O Mercado Comum do Sul representa a culminação formal da fase de aproximação brasileiro-argentina, iniciada com a assinatura do Tratado Tripartite, de 1979, entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai, que pôs termo ao contencioso relativo ao aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná. Seguiu-se, no ano seguinte, o Tratado de Cooperação Nuclear, que passou a disciplinar as relações entre os dois países no campo da energia nuclear. Eliminavam-se dessa

A situação da América do Sul é muito diferente da do processo de integração europeu. Aqui inexistem fatores políticos, regional ou extra-regional, reconhecidos pelos países da região como real incentivo à integração entre eles, como ocorreu na Europa.

forma dois grandes empecilhos políticos – na época, aparentemente os principais – a uma aproximação econômica mais profunda entre os dois países. Em 1985, a assinatura da Ata de Iguazu pelos Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín formalizou esse desejo de aproximação recíproca, que levaria, em julho de 1986, ao estabelecimento do Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina. Em novembro de 1988, foi dado um novo passo, com a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que previa a criação, no prazo de dez anos, de um espaço econômico comum, por meio da eliminação gradual de barreiras tarifárias e não-tarifárias ao intercâmbio entre os dois países. Em julho de 1990, os Presidentes Fernando Collor e Carlos Menem decidiram acelerar o processo, antecipando para 1994 o prazo para o estabelecimento do mercado comum argentino-brasileiro. Como era de prever, o Uruguai e o Paraguai procuraram associar-se ao processo de integração dos seus dois vizinhos maiores.

Assim, em 26 de março de 1991, foi assinado o Tratado de Assunção (TA), que, em seu artigo 1, previa o estabelecimento, até 31 de dezembro de 1994, de um mercado comum entre os Estados Partes, com a livre circulação entre eles de bens, serviços e fatores produtivos. Hoje, decorridos mais de dezesseis anos desde a assinatura do Tratado de Assunção, o mercado comum que deveria ter sido estabelecido em pouco menos de quatro é apenas uma união aduaneira incompleta. O grande êxito do Mercosul foi a enorme expansão do comércio intrazonal durante os primeiros anos de vigência do TA.

Mesmo este bom resultado parece, entretanto, ter entrado em relativo declínio. Assim, o Brasil, que em 1998 teve 17,8% de suas vendas externas destinadas ao Mercosul, viu essa percentagem cair para 9,9% em 2005. No caso da Argentina, a parcela de suas exportações totais destinadas ao Mercosul subiu de 16,5% em 1991 para 36,5% em 1997, mas, em 2005, já baixara para 19,2%. No Uruguai, as percentagens correspondentes foram de 35% em 1991

e de 42,7% em 2001, mas baixaram para 23,5% em 2005. No Paraguai, as vendas para os demais Estados Partes, que chegaram a 63,4% do total em 2001, declinaram para 54% em 2005³.

Enquanto isso, pouco se fazia no sentido de “determinar a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração do Mercado Comum, assim como as atribuições específicas de cada um deles e seu sistema de tomada de decisões”, conforme determinado pelo artigo 18 do TA.

Em suma, pode-se dizer que os anos 80 e o começo dos 90 do século passado foram uma década gloriosa no tocante à aproximação política e à definição dos objetivos de uma ampla integração econômica entre o Brasil e a Argentina, inicialmente, e logo entre os dois maiores protagonistas do processo e seus vizinhos menores, Paraguai e Uruguai. Quando se tratou, porém, de passar do discurso à prática, tornou-se objetivamente claro que faltava, sobretudo entre os dois principais protagonistas, a convergência de percepções políticas indispensável à concretização do que fora acordado.

Até certo ponto, a divergência subjacente à relativa paralisação do Mercosul é compreensível, embora, de um ponto de vista mais amplo, suas conseqüências devam ser consideradas prejudiciais aos dois países. Para a Argentina, outrora o principal país da América do Sul, pode ser difícil levar aquele projeto de integração sub-regional a um grau de aprofundamento que lhe daria necessariamente um alcance político, sabendo que nele o Brasil teria, quase inevitavelmente, uma situação de preeminência. Em última análise, isso contribuiria para firmar a posição do Brasil como principal país – econômica e politicamente – da América do Sul. Por outro lado, vista a questão do ponto de vista brasileiro, a restrição de autonomia inerente ao aprofundamento da integração dos países do Cone Sul só se justificaria se, através do seu processo de tomada de decisões, os arranjos institucionais necessários à administração do Mercado Comum assegurassem ao Brasil uma preeminência proporcional ao seu peso econômico e demográfico na sub-região. Em tais circunstâncias, tem sido considerado mais fácil manter o projeto como um mero esquema de liberação limitada do comércio entre os Estados partes do que enfrentar os desgastes internos mais imediatos inerentes a qualquer fórmula de conciliação das sensibilidades de um com as aspirações do outro. Assim, na prática, é essa atitude minimalista que tem prevalecido.

Aos problemas decorrentes dessa falta de convergência de percepções políticas entre Brasília e Buenos Aires somam-se aqueles relacionados com a insatisfação dos sócios menores, como bem ilustra a atual situação do Uruguai. Por um lado, vê-se às voltas com uma disputa com a Argentina em torno da construção de duas fábricas de celulose em território uruguaio, junto à fronteira entre os dois países, cujo funcionamento, segundo Buenos Aires, poluiria o rio

contíguo. Por outro, seu atual governo proclama o desejo de modificar o Mercosul, que, tal como hoje existe, já não interessaria a Montevideu. Conseqüentemente, procura negociar um acordo bilateral de comércio com os Estados Unidos.

Dados todos esses fatores, é difícil ver como o Mercosul, mesmo que ainda limitado aos quatro signatários do Tratado de Assunção, poderia, num futuro previsível, constituir-se em núcleo de uma desejada, mas necessariamente problemática, união político-econômica dos países da América do Sul.

Para além do Mercosul

Enquanto essas dificuldades entre os signatários do Tratado de Assunção permanecem sem solução, a ascensão de Hugo Chávez à presidência da Venezuela, com suas idéias sobre um não muito claro “socialismo do século XXI” e a promoção de uma “alternativa bolivariana para a América”, criou um complicador adicional para o projeto brasileiro, bem menos heterodoxo, de integração da América do Sul.

As linhas mestras da atual diplomacia de Caracas parecem claras. Trata-se de criar em nosso continente – sob a liderança da Venezuela e com a ajuda dos recursos financeiros a ela assegurados pelos altos preços do petróleo – um bloco de orientação nacionalista, socialista e anti-americana. Até agora, suas principais áreas de atuação têm sido a região andina, o Caribe e a América Central, sendo seus principais aliados Bolívia, Equador e Cuba. É claro, porém, que o líder venezuelano pretende ampliar a força e o âmbito geográfico de sua influência. Seu programa Petrocaribe, pelo qual fornece petróleo em condições favoráveis a quatorze países, seus esforços para fazer do projetado Banco do Sul o braço financeiro da política externa

Em um quadro geral já pouco propício ao ideal sul-americanista de Brasília, surgiu o ativismo político-diplomático de Hugo Chávez, que, promovendo seu “socialismo do século XXI” e um anti-americanismo militante, se contrapõe ao projeto brasileiro.

venezuelana (tentando inclusive atropelar o Brasil), sua ajuda financeira à Argentina, seu pedido de ingresso no Mercosul (cuja aceitação plena apenas depende da aprovação dos Congressos brasileiro e paraguaio) e sua tentativa de reduzir – inclusive por meio de um circuito paralelo de visitas oficiais – o impacto da viagem de Bush à América do Sul deixam pouca dúvida a respeito. Há, pois, um nítido esforço da parte de Caracas no sentido de usar os recursos provenientes do petróleo para ampliar sua influência na América do Sul e no Caribe. E sua ambição de projeção externa não parece limitar-se ao continente, como ilustrado pelos recentes entendimentos com o Irã.

Todo o ativismo diplomático de Caracas baseia-se,

entretanto, numa visão política divergente da orientação nacional e internacional de Brasília, que segue uma política econômica ortodoxa, procura atrair o capital estrangeiro e, já antes da posse do atual Presidente, declarava sua intenção de desenvolver com Washington uma relação madura, de caráter predominantemente estratégico, em que o Brasil seria percebido por Washington, no dizer do nosso Ministro das Relações Exteriores, como um parceiro “indispensável para a estabilidade da América do Sul e mesmo da África”⁴. Em outras palavras, o Brasil, apesar das freqüentes acusações de anti-americanismo feitas a sua atual política externa, trata de não se posicionar como um adversário dos EUA: aparentemente, aspiraria antes a ser visto por Washington como um parceiro independente, porém, útil, sobretudo no âmbito regional. Nesse contexto, uma situação de liderança efetiva – declarada ou não – na América do Sul seria altamente relevante.

Em nossa circunvizinhança, as políticas externas da Argentina e da Venezuela tendem, entretanto, a dificultar a consecução de tal desiderato. A primeira não parece ter uma visão consistente e alternativa ao projeto brasileiro de integração sul-americana, coisa que, se existisse, talvez ainda pudesse oferecer uma área de divergência negociável. Até agora, a atuação da Argentina no continente tem tido, porém, um caráter algo tortuoso. A década de 1970 foi marcada por um clima de desconfiança, quando não de confrontação, entre Brasília e Buenos Aires. A partir de 1979, superados, como antes assinalado, os aspectos mais sensíveis da fricção entre os dois países, seguiu-se uma década de distensão política bilateral e mesmo de aproximação formal argentino-brasileira, que, entretanto, pouco prosperou no plano das realizações práticas. Em particular, a política externa do governo Menem, marcada pela retórica de mau gosto do declarado desejo de “relações carnavais”

com os Estados Unidos, caracterizou-se pelo distanciamento correlato entre Buenos Aires e Brasília. A ascensão de Néstor Kirchner à presidência assinalou uma certa reaproximação com o Brasil, em tese facilitada pela orientação sul-americanista do governo brasileiro e sua declarada intenção de fazer

do Mercosul o núcleo da desejada integração do nosso sub-continente. Do ponto de vista argentino, tal reaproximação parece, entretanto, ter limites relacionados com as suscetibilidades nacionais anteriormente assinaladas, conforme indicado pela reticência de Buenos Aires em relação a esquemas sul-americanistas como a Comunidade Sul-Americana de Nações ou sua resistência às aspirações do Brasil de se tornar membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Neste sentido, o ativismo regional de Hugo Chávez surgiu como algo duplamente conveniente para os nossos vizinhos do Prata: passou a oferecer um contrapeso à liderança brasileira e veio acompanhado de um apoio financeiro particularmente útil a um

país que, apesar da extraordinária recuperação dos últimos anos, ainda luta com consideráveis problemas econômicos. Segundo a imprensa, Caracas já teria comprado mais de US\$3,3 bilhões em títulos argentinos.

Em resumo, seria provavelmente exagerado dizer que a política externa de Buenos Aires esteja em rota de colisão direta com a de Brasília, já que, como antes assinalado, inexistiu uma proposta argentina alternativa ao projeto brasileiro de aprofundamento e institucionalização do Mercosul, que, na visão de Brasília, deveria ser inclusive dotado de uma política externa comum. Na verdade, a atuação argentina parece mais orientada no sentido do aproveitamento do esquema de integração sub-regional com vistas à defesa da sua balança comercial com o Brasil do que no de qualquer objetivo político mais ambicioso, regional ou extra-regional. Paralelamente, Buenos Aires parece opor-se determinadamente a qualquer projeto, regional ou internacional, que possa aumentar a projeção política do Brasil. Em qualquer hipótese, trata-se de uma orientação que inibe os esforços brasileiros de tratar o Mercosul e a integração sul-americana em seu conjunto como “um projeto político”.

Quo vadis América do Sul?

As considerações feitas até aqui levam-nos à percepção da América do Sul como um mosaico político de difícil interpretação. Por um lado, parece lícito supor que os países da região, todos a braços com sérios problemas econômicos e sociais de caráter estrutural, tenham como preocupação comum, subjacente a diretrizes mais específicas de governo, a superação do subdesenvolvimento. Por outro, inexistiu uma visão comum – ou pelo menos convergente – de como atingir tal objetivo, de como deveria estruturar-se a relação entre os Estados sul-americanos e de qual deverá ser a posição do subcontinente no mundo.

Uma noção difusa de solidariedade latino-americana tem provado ser demasiado vaga para oferecer, na prática, base adequada para qualquer projeto político efetivo, de

Decorridos mais de dezesseis anos desde a assinatura do Tratado de Assunção, o mercado comum que deveria ter sido estabelecido em pouco menos de quatro anos é apenas uma união aduaneira incompleta..

âmbito regional. A redução geográfica do tradicional latino-americanismo aos limites da América do Sul não tem modificado tal estado de coisas. Traços da relação histórica centro-periferia ainda parecem marcar mais fortemente a opinião pública sul-americana do que as aspirações de integração regional. Assim, o acesso dos países andinos ao Amazonas é geralmente visto pelas respectivas opiniões nacionais antes como “uma saída para o Atlântico” do que como um vínculo com o Brasil. Da mesma forma, do lado brasileiro, uma rodovia transandina é geralmente descrita

como uma via de acesso mais direto ao oceano Pacífico e aos mercados asiáticos, não como um passo adicional na direção da integração física do continente.

Paralelamente, quando países sul-americanos optam por uma política econômica ativamente nacionalista, não se percebe qualquer esforço concreto no sentido de dar um conteúdo regional a tal orientação, como exemplificado pelos episódios que marcaram o tratamento recente dispensado à Petrobrás pelo governo de La Paz.

Assim, apesar da retórica de solidariedade regional, a prática de priorizar o relacionamento com o mundo (sobretudo com os países desenvolvidos), não com a região, tem sido a tendência dominante. Até relativamente pouco tempo atrás, o Brasil, no plano concreto, não era exceção. Quando, em fins da década de 1990, Brasília se viu na contingência de abandonar a chamada “âncora cambial” e deixar flutuar o real, na prática desvalorizando-o, não parece ter-se preocupado particularmente em tomar cautelas especiais em relação aos possíveis efeitos da medida sobre o Mercosul. Na realidade, tais efeitos foram pequenos, mas a Argentina, superdimensionando o impacto potencial da nova política brasileira e proclamando o perigo de uma inundação do seu mercado pelos nossos produtos, sugeriu a dolarização dos países do Mercosul. Em suma, uma decisão de política monetária brasileira – acertada, porém tomada sem as cautelas desejáveis no âmbito regional – teve, da parte de seu principal parceiro no Mercosul, uma reação que, em vez de buscar uma solução dentro do grupo sub-regional, priorizava os vínculos com os Estados Unidos.

Em suma, trata-se de um quadro geral que, se não revela uma oposição coletiva clara ao projeto brasileiro de integração da América do Sul, tampouco permite discernir a determinação comum de integrar-se que seria necessária à concretização da meta sul-americanista de Brasília. E os fatos tendem a confirmar tal apreciação. A ALALC, criada em 1960, levou vinte anos sem sequer aproximar-se significativamente da meta final de estabelecimento de um mercado comum latino-americano. A ALADI, que a substituiu em 1980, não teve maior êxito. O Mercosul, com apenas quatro integrantes plenos, surgiu em 1991 com o compromisso, entre outros, de estabelecer, num prazo de menos de quatro anos, “a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos” entre os Estados Partes, mas ainda não conseguiu criar sequer a estrutura institucional necessária para funcionar como uma área de livre comércio eficiente.

Nesse quadro geral já pouco propício ao ideal sul-americanista de Brasília, surgiu o ativismo político-diplomático do Presidente venezuelano, promovendo o seu “socialismo do século XXI”, sua “alternativa bolivariana” e um anti-americanismo militante. Prática e conceitualmente, tal ativismo se contrapõe ao projeto sul-americanista de

Brasília, explicitamente democrático, implicitamente baseado na economia de mercado e politicamente moderado, mesmo em suas divergências com as grandes potências. Até o momento tanto Brasília como Caracas, em sua retórica geral, fingem, entretanto, não ver contradição entre as respectivas posições. Uma questão que se coloca é até quando, será considerado politicamente útil – e mesmo possível – manter tal jogo de cena?

A Venezuela tem tido seu ingresso no Mercosul apoiado por Buenos Aires e, talvez mais surpreendentemente, pelo Executivo brasileiro, apesar de ainda não ter finalizado as negociações para aderir à Tarifa Externa Comum (TEC) e enfrentar, por isso mesmo, a oposição da indústria brasileira à aprovação do respectivo protocolo de adesão pelo Congresso. Segundo alta fonte da Confederação Nacional

É difícil ver como o Mercosul, mesmo que ainda limitado aos quatro signatários do Tratado de Assunção, poderia, num futuro previsível, se constituir em núcleo de uma união político-econômica dos países da América do Sul.

da Indústria, a entidade não trata de “contradizer a posição política do governo, mas de explicar que, para aderir ao bloco, os países precisam ao menos cumprir as etapas necessárias”⁵. Na mesma linha de raciocínio, Humberto Barbato, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), afirma ser “totalmente favorável ao ingresso da Venezuela no Mercosul, mas é um absurdo pagarmos o preço do [seu] ingresso sem uma vantagem efetiva”⁶. De fato, a Venezuela representa um mercado importante e dinâmico para o Brasil. Em 2006, exportamos US\$ 3,6 bilhões para aquele país, um aumento de 60% em relação ao ano anterior. Desse total, US\$ 3,2 bilhões foram de produtos manufaturados e nosso superávit comercial, em 2006, atingiu US\$ 2,97 bilhões. Tudo indica, pois, que o interesse da indústria brasileira realmente não seria de se opor à adesão daquele país ao Mercosul, mas de assegurar o acesso continuado àquele mercado, o que até agora não está garantido. Assim, a indústria nacional, frente à dinâmica do comércio bilateral, parece ver no ingresso da Venezuela, nos termos até aqui negociados, uma ameaça potencial a seus interesses setoriais. Segundo algumas fontes, temeria também que o Presidente venezuelano venha a ser um complicador em futuras negociações com mercados importantes como os Estados Unidos e a União Européia. Sua atitude seria, pois, pragmática. Em contraste, Hugo Chávez tem preferido não deixar dúvidas quanto ao sentido político que atribui à questão, declarando-se disposto a se retirar do Mercosul, já que “a direita brasileira tem mais força do que a idéia de integração”. E deixando ainda mais claras suas intenções, afirma que “estamos interessados em ingressar num novo Mercosul, mas se não há vontade de mudança, retiramos a solicitação de ingresso e nos dedicamos plenamente à Alternativa Bolivariana para

os Povos da nossa América (ALBA)”. E em tom ainda mais ideológico, explicitou, em declarações feitas em Teerã, seu desinteresse por um Mercosul marcado pelo “capitalismo e a concorrência feroz”⁷. Não deixa, pois, qualquer dúvida quanto à incompatibilidade entre a ALBA e as idéias de economia de mercado e de liberdade de comércio que inspiram o Mercosul. Finalmente, essa retórica agressiva foi coroada por uma espécie de ultimato, segundo o qual seu pedido de adesão será retirado se, até setembro, os Congressos do Brasil e do Paraguai não o tiverem aprovado. Colocado nesses termos, o ingresso da Venezuela no Mercado Comum do Sul teria menos o caráter de uma adesão do que o de um plano de subversão. Não é impossível, porém, que a estridência do líder venezuelano contenha um elemento de teatralidade destinado a disfarçar

uma dificuldade interna. Tendo pedido para ingressar no Mercosul, o governante venezuelano vê-se agora pressionado pelo empresariado do seu país, temeroso dos compromissos de liberalização comercial implícitos na adesão e a conseqüente

concorrência de produtos brasileiros e argentinos. Em tais circunstâncias, Chávez poderia agora preferir retirar o pedido, alegando motivos políticos.

Seja como for, não há dúvida de que a América do Sul está hoje diante de duas visões distintas de organização política e econômica do sub-continente, nenhuma das quais conta, porém, com o apoio ativo de um número significativo de adeptos. Para o Brasil, tratar-se-ia de aprofundar o processo de integração representado pelo Mercosul e de fortalecer institucionalmente o grupo – dotando-o inclusive de uma política externa comum – para que, assim reforçado, se converta no núcleo de uma América do Sul integrada. Até o momento inexiste, entretanto, mesmo entre os signatários do Tratado de Assunção, qualquer país que partilhe plena e ativamente de tal noção de como deve organizar-se o conjunto dos Estados sul-americanos, inclusive com vistas a uma atuação coordenada na cena internacional. E nem sequer se pode dizer que Brasília esteja trabalhando decididamente no sentido de promover a aceitação de suas idéias em âmbito regional. Até o momento, a liderança – se este é o nome correto – brasileira na região parece caracterizar-se mais pela aceitação da diversidade do que pela perseguição da convergência entre os parceiros. Para a Venezuela, o objetivo seria construir uma alternativa, dita bolivariana, ao que existe no momento – e, por via de conseqüência, ao projeto brasileiro – baseada em dois pontos-chave: um “socialismo do século XXI” – o que quer que isso efetivamente signifique – e um anti-americanismo militante. Não parece contar, entretanto, com adeptos genuínos, além de Bolívia, Cuba e Equador.

Assim, numa categorização algo simplificada, pode-se dizer que os países sul-americanos tendem a dividir-se entre uma minoria radical de governos nacionalistas de es-

querda, que em linhas gerais adota uma orientação próxima da de Caracas, e uma maioria que – sem projeto regional próprio e sem afinidade com o credo chavista – persegue interesses nacionais mais limitados, mantendo-se mais ou menos distante tanto da ALBA de Hugo Chávez quanto do discurso sul-americanista de Brasília. Nesse contexto geral, a Argentina surge como um caso algo peculiar, sobretudo do ponto de vista brasileiro. Sem afinidades evidentes com a ideologia chavista, mas também sem qualquer comprometimento mais profundo com o Mercosul como projeto político, o governo de Néstor Kirchner procura manter, pelos motivos anteriormente mencionados, uma atitude simpática em relação a Caracas e favorece o ingresso da Venezuela no Mercosul. Nesse sentido, não hesitou inclusive em apelar para que Lula facilite o caminho para tal ingresso, embora – ou talvez justamente por isso – consciente de que essa adesão, em toda probabilidade, porá fim à aspiração brasileira de fazer do grupo o núcleo de uma América do Sul integrada.

Assim, a questão que se coloca em relação à aspiração brasileira de promover a integração política e econômica da América do Sul não é se ela faz sentido, quer de um ponto de vista regional, quer internacional, mas antes se

a idéia conta, na prática, com um número de adeptos que justifique, pelo menos, persegui-la como um projeto político razoavelmente viável. Infelizmente, se buscamos uma resposta dentro dos limites do futuro previsível, ela parece claramente negativa. Retomando, pois, a pergunta que serve de título a este artigo, pareceria que, num horizonte cronológico que seja relevante em termos práticos, nenhum país está efetivamente interessado em fazer o esforço necessário para construir a América do Sul que declaramos querer – talvez nem mesmo o Brasil...

Notas

¹ *Carta Internacional*, no. 114, ano X, agosto 2002, p. 9.

² “Cúpula da América do Sul”, *Carta Internacional*, no. 87, ano VIII, maio 2000.

³ *Valor Econômico*, 28/3/2006, p. A2.

⁴ *Gazeta Mercantil*, 16 de dezembro de 2002, pág. A5.

⁵ *Valor*, 27 de junho de 2007, p. A3.

⁶ *Idem*.

⁷ Cf. <<http://noticias.com.br/brasil/interna/>>, 30 de junho de 2007.